

O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO “PRIMITIVA” NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: VISÕES DA TEORIA DA FRONTEIRA

THE “PRIMITIVE” ACCUMULATION PROCESS IN THE BRAZILIAN AMAZON: VIEWS FROM FRONTIER THEORY

Cleidianne N. S. Crispim¹
Sebastião N. S. Crispim²

RESUMO

O objetivo deste artigo é investigar a contribuição oferecida por Otávio Guilherme Velho, José de Souza Martins, João Pacheco de Oliveira e Bertha K. Becker sobre o tema da fronteira enquanto abordagem de análise da formação social, econômica, histórica e geográfica da Amazônia brasileira. A partir do método de estudo comparativo, buscamos ressaltar o que há de específico e peculiar a cada uma delas, mas, sobretudo, queremos entender as proximidades e semelhanças entre tais perspectivas. A partir da *fronteira* como temática principal, os subtemas que se sobressaem nesta investigação sobre uma parte da história do pensamento da Amazônia como fronteira são *a reprodução do campesinato, o papel do Estado, a coexistência de diferentes relações sociais, a carência de condições para o pleno desenvolvimento capitalista e a dupla natureza, tanto agrária quanto urbana, da fronteira*, assuntos de profunda relevância para uma leitura mais robusta sobre a complexa realidade social na Amazônia e sua especificidade histórica, geográfica e econômica em sua articulação com a expansão capitalista.

Palavras-chave: Acumulação primitiva, Fronteira, Amazônia Brasileira, História do Pensamento.

ABSTRACT

The objective of this article is to investigate the contribution offered by Otávio Guilherme Velho, José de Souza Martins, João Pacheco de Oliveira and Bertha K. Becker on the theme of the border as an approach to analyzing the social, economic, historical and geographic formation of the Brazilian Amazon. Using the comparative study method, we seek to emphasize what is specific and peculiar to each of them, but, above all, we want to understand the specificities and similarities between such perspectives. Using the frontier as the main theme, the sub-themes that stand out in this investigation into part of the history of thinking about the Amazon as a frontier are the reproduction of the

¹ Docente da Faculdade de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. E-mail: cleidianne@ufpa.br.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará. E-mail: crispimns@ufpa.br.

peasantry, the role of the State, the coexistence of different social relations, the lack of conditions for full capitalist and dual-nature development, both agrarian and urban, of the border, issues of profound relevance for a more robust reading of the complex social reality in the Amazon and its historical, geographic and economic specificity in its articulation with capitalist expansion.

Keywords: Primitive accumulation, Frontier, Brazilian Amazon, History of Thought.

1. INTRODUÇÃO

O marco inicial da teoria da fronteira é o texto de conferência do historiador norte-americano Frederick Jackson Turner, *The Significance of Frontier in American History*, apresentado em 1893, no qual o autor criou a tese de que a evolução das instituições políticas americanas tem como fundamento o movimento da fronteira rumo ao Oeste dos Estados Unidos, durante o século XIX, movimento que se colocou em contínuo contato com a sociedade primitiva do território norte-americano e enfraqueceu seus laços com o Leste, região que mantinha forte relação colonial com a Inglaterra. Portanto, teria sido deste afastamento rumo ao interior dos Estados Unidos que teria florescido um novo sentimento de nacionalidade, o *americanismo*, que fundou a cultura democrática norte-americana. A noção de fronteira em Turner é profundamente factual e carrega o sentido de contato entre terra povoada e terra livre e de ponto de encontro entre o civilizado e o primitivo, uma noção dualista (Wegner, 2000; Crispim, 2020).

Turner funda uma noção mestra de discussão sobre a formação social não só da realidade norte-americana, mas tendo também influenciado o pensamento social brasileiro na investigação sobre o desbravamento do sertão brasileiro, tal como os movimentos bandeirantes e pioneiros e a consequente expansão territorial no país, como em Vianna Moog, Cassiano Ricardo, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre. A influência da ideia da fronteira também é percebida em análises sobre a ocupação da região da Amazônia brasileira, como em Aureliano Candido Tavares Bastos. Neste artigo, vamos investigar uma linha de intelectuais brasileiros que vão olhar e interpretar a Amazônia sob a ótica da fronteira durante a segunda metade do século XX, um grupo de autores que se distancia da perspectiva dualista de Turner e segue uma visão de análise mais crítica e teórica.

O anseio de compreender as dramáticas transformações experimentadas pela região amazônica, seja durante o período da economia da borracha, no século XIX, seja ao longo das décadas de 1960 e 1980, período dos governos militares no Brasil e a partir do advento de uma nova etapa de expansão do capitalismo brasileiro, e entendê-las do ponto de vista dialético no lugar da inconciliável oposição entre “moderno” e “atrasado” (análise dualista), conduziu um grupo de cientistas sociais brasileiros para a construção de uma interpretação sobre a Amazônia enquanto fronteira. Esse esforço

interpretativo desencadeou a consolidação de uma vertente que passou a concatenar a “modernização” da vida econômica e social na Amazônia como um processo de *acumulação primitiva estrutural* ativado pelas fases de expansão do capitalismo internacional e nacional e passou a compreendê-la como uma região para onde a fronteira se expande sob o desenvolvimento capitalista.

Neste trabalho, analisamos as idéias de quatro intelectuais ligados a um conjunto mais amplo de autores do século XX que interpretaram a Amazônia brasileira como fronteira³: Otávio Guilherme Velho, José de Souza Martins, João Pacheco de Oliveira, e Bertha K. Becker. Nesta análise, empregamos o método do estudo comparativo a fim de deixar ressaltar o que há de específico e peculiar a cada uma delas, mas, sobretudo, entender as proximidades e semelhanças entre tais perspectivas, na tentativa de identificar subtemas em comum na discussão sobre fronteira para enriquecer o estudo sobre a própria formação histórica e social da Amazônia, uma realidade de fronteira do desenvolvimento capitalista. Através destes autores, podemos entender melhor esta percepção complexa sobre a fronteira como realidade social peculiar no lastro da expansão capitalista, *locus* da acumulação primitiva estrutural. Portanto, para melhor compreensão da discussão sobre a fronteira na Amazônia, adotamos como ponto de partida uma reflexão a respeito do conceito de acumulação primitiva em Karl Marx a fim de entender sua influência sobre as quatro visões aqui analisadas.

2. A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

O que é a acumulação primitiva? Esta questão explicita a reflexão inicial que Karl Marx oferece aos seus leitores no capítulo 24 do Livro I de O Capital. Ali, Marx (2013) busca redefinir o sentido e o significado da acumulação primitiva ou original de capital já no encerramento da sua complexa análise sobre o contraditório modo de produção capitalista. O faz exatamente no final de sua exposição dialética sobre esse modo de produção e suas partes constitutivas porque quer deixar claro algo fundamental para a reprodução do capital e da relação capitalista: *a expropriação, a separação entre o produtor direto e os seus meios de produção e reprodução*. Marx (2013) faz um exercício frutífero, porque se coloca neste tema, como fez ao longo de todo o Livro I, no cerne do conhecimento sobre a economia política. Assim, ele ressignifica o sentido de acumulação primitiva de capital à luz da história real da constituição do modo de produção capitalista em sua forma clássica: na Inglaterra.

³ Podemos citar Octavio Ianni, em trabalhos como *Origens agrárias do Estado brasileiro* (1984), *A ditadura do grande capital* e *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*, ambos de 1981, *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978* e *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*, ambos de 1979, e Joe Foweraker, na obra *A Luta pela Terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais (The Struggle for Land: A Political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the Present Day)*, de 1981.

No tópico inicial do capítulo, intitulado “O segredo da acumulação primitiva”, ele apresenta sua crítica à noção de *previus accumulation* (acumulação original) de Adam Smith, primeiro, estabelecendo uma comparação entre o pecado original teológico e o pecado original econômico. Ele afirma que, enquanto no pecado original teológico se explica como o homem foi condenado a sobreviver a partir de seu próprio esforço, do próprio trabalho, no pecado original econômico, é que se revela a razão da existência de massas de pessoas pobres, de um lado, e de poucos que gozam de riqueza, do outro. Dentro do imaginário do pecado original econômico, uma parte da humanidade foi astuta e parcimoniosa (acumulou riquezas) ao passo que a outra parcela foi descuidada, imprudente e vadia e acabou sem ter nada para vender, a não ser a sua própria força de trabalho. Marx (2013, p. 515), decididamente, rejeita esta visão por ser permeada de trivialidades e afirma que na “[...] história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência”. Assim, lança sua interpretação de que a *violência* é a parteira das relações econômicas e das classes sociais forjadas nelas, o que concede um papel central para a violência na acumulação primitiva de capital. E ele nos diz mais sobre o segredo da acumulação primitiva:

“A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. *Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior*” (Marx, 2013, p. 515, grifo nosso).

Em outras palavras, esta separação, que é a expropriação, não só é mantida, como também é reproduzida, renovada em dimensões cada vez mais amplas no próprio desenvolvimento do capital e do seu modo de produção. De fato, esta é a história do colonialismo e do imperialismo que envolve a incorporação violenta de territórios e sociedades que são arrebatados para o cada vez mais amplo ambiente de circulação e realização do capital.

E Marx (2013, p. 515, grifo nosso) acrescenta mais um ponto sobre o segredo da acumulação primitiva: “Ela *aparece* como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. Ele quer dizer que ela ganha a aparência de um processo histórico particular, aparece como algo que aconteceu uma única vez e não vai se repetir. Esta é apenas a sua *aparência*, pois, novamente em suas palavras, “Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (Marx, 2013, p. 516). Portanto, a expropriação dos meios de produção, em especial, da terra vai assumir características distintas nas diferentes formações sociais, mantendo sua essência espoliadora, e vai se fazer presente em diferentes fases históricas do desenvolvimento do capital e do modo de produção capitalista.

Marx (2013) reforça esta ideia numa carta de 1881 em que ele diz a sua correspondente, Vera Zasulich, que a Inglaterra foi o país onde se realizou, de modo radical, a expropriação dos

camponeses, movimento que, no século XIX, estava sendo seguido por outros países da Europa Ocidental, mas que tal “fatalidade histórica” se deu porque na Europa Ocidental a propriedade privada baseada no trabalho pessoal foi desarticulada e substituída pela propriedade privada capitalista, portanto, esta análise não seria suficiente para analisar formações sociais caracterizadas por outras formas de relação de propriedade da terra, como era o caso das comunas camponesas na Rússia.

O segredo da acumulação primitiva, portanto, consiste na expropriação, que é a separação, a dissolução da relação entre o produtor direto e os seus meios de subsistência e produção, um processo profundamente violento, já que pressupõe o roubo, o assassinato, a escravização, e conta com a ação do Estado para legitimar a violência empregada. Aliás, ao tratar das perturbações históricas ocorridas na Inglaterra, berço do capitalismo, Marx (2013) vai mostrar e elucidar o lugar fundamental assumido pelo Estado no desenvolvimento capitalista. O outro aspecto do segredo é que a acumulação primitiva é aparentemente primitiva, parece ter um caráter histórico, uma vez que ela é reproduzida, é renovada em diferentes fases históricas e formações sociais e espaciais. Ao trazer esta visão à tona, ele nos permite ter uma mais clara compreensão sobre a história do desenvolvimento do capitalismo, um desenvolvimento que é desigual, cuja dinâmica se dá entre centro e periferia. Estes elementos constituem a essência da resignificação que Marx (2013) dá à acumulação primitiva na economia política.

Apesar de estar muito bem delimitado, o conceito de acumulação primitiva em *O Capital* deu origem a duas interpretações clássicas no marxismo: uma profundamente carregada de um sentido histórico e outra que compreende a acumulação primitiva como um fenômeno contínuo. Para a primeira, a acumulação primitiva tem uma idade histórica bem definida, trata-se da aurora do modo de produção capitalista, sendo a sua ideia central a de criação, no passado, das precondições de um modo de produção capitalista, de criação da separação das pessoas de seus meios de produção no cerne da transição do feudalismo para o capitalismo. Esta linha de interpretação se revela na análise de Vladimir I. Lênin em *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1989). Para a segunda abordagem, a noção elementar é a de que a acumulação primitiva consiste em um fenômeno contínuo enquanto pré-requisito extraeconômico do modo de produção capitalista, sendo ela um elemento inerente às sociedades modernas cujo raio de ação é mundial. Esta segunda abordagem está relacionada à obra *A Acumulação de Capital* (1913) de Rosa Luxemburgo e se refere a um argumento de continuidade da acumulação primitiva.

As abordagens clássicas de argumentação histórica e de continuidade da acumulação primitiva exercem, segundo De Angelis (2000, 2001), grande influência sobre as interpretações marxistas subsequentes da noção de acumulação primitiva. Enquanto a abordagem de Lenin inspira os estudos de Maurice Dobb, sendo igualmente aceita por Paul Sweezy e Robert Brenner, a abordagem de Luxemburgo, por sua vez, está fortemente presente na definição de transferência de valor entre

economias centrais (mundo “desenvolvido”) e periféricas (mundo “subdesenvolvido”) de Samir Amin e na noção de sistema-mundo de Emanuel Wallerstein. David Harvey também se insere entre os discípulos de Rosa Luxemburgo, ainda que o seu conceito de acumulação por espoliação supere a visão da autora não apenas por deixar de lado a tese subconsumista das crises capitalistas, mas, inclusive, por admitir que as práticas predatórias de acumulação primitiva também se lançam sobre o capital já existente que é desvalorizado ou simplesmente destruído em prol da formação de um fundo de ativos para a inversão de capital superacumulado (Harvey, 2014).

A noção marxiana de acumulação primitiva também exerceu influência sobre as reflexões que um grupo de autores fez sobre as transformações sofridas pela Amazônia brasileira, durante o período da economia da borracha, no século XIX, mas, em especial, entre as décadas de 1960 a 1980, período dos governos militares no Brasil. Otávio Guilherme Velho, João Pacheco de Oliveira, José de Souza Martins e Bertha K. Becker formam o grupo que aqui chamamos de autores da fronteira na Amazônia.

3. VISÕES SOBRE A AMAZÔNIA COMO FRONTEIRA

3.1. A Amazônia sob o olhar de Velho: Capitalismo Autoritário, Campesinato e Fronteira

O antropólogo brasileiro Otávio Guilherme Velho é o primeiro, entre os autores aqui investigados, a desenvolver uma interpretação sobre a Amazônia como fronteira⁴. Em 1976, ele publicou *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*, seu mais importante trabalho em termos da interpretação da Amazônia como fronteira, obra na qual o autor trabalha três categorias basilares para a sua perspectiva sobre o processo de ocupação da Amazônia brasileira: capitalismo autoritário, campesinato e fronteira.

Segundo o que Velho (1979 [1976]) nos explica nesta obra, o desenvolvimento capitalista não produz apenas formas burguesas, mas também formas autoritárias de capitalismo⁵, sendo o capitalismo autoritário uma via de desenvolvimento do modo de produção capitalista que se diferencia do capitalismo burguês. Nas palavras do autor:

O capitalismo autoritário – ou, mais rigorosamente, o capitalismo com dominância autoritária – é o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente. Todavia, é acima de tudo capitalismo, não se alterando no que têm de mais geral as características e leis do movimento do capital. Assim, enquanto modo de produção no sentido restrito, é da mesma natureza que o capitalismo burguês clássico. A diferença diz respeito a outro nível, o da política, e particularmente às formas de dominação e de articulação entre a política e a economia. (Velho, 1979, p. 42-43)

⁴ Em 1972, o autor já havia publicado a obra *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*, cuja origem é de sua pesquisa de dissertação de mestrado.

⁵ A visão dominante sobre a formação de uma sociedade capitalista é a da criação de uma burguesia no interior de uma sociedade feudal que se insurge contra o antigo regime e abre as portas da revolução para a emergência do capitalismo.

O que Velho (1979) nos diz é que o capitalismo autoritário é herdeiro de sociedades que institucionalizaram um sistema de repressão da força de trabalho (servidão e escravidão) em sua formação social e que não vivenciaram um corte revolucionário burguês em sua transição para o capitalismo. Tanto o capitalismo burguês quanto o capitalismo autoritário perfilham as mesmas leis do movimento do capital, são ambos, portanto, da mesma natureza. O que os distingue são as formas de articulação entre as instâncias política e econômica, pois, nas sociedades capitalistas de vertente autoritária, o Estado é o carro-chefe do processo de modernização capitalista face à debilidade da burguesia interna que não consegue realizar esta tarefa.

De acordo com Velho (1979), o Brasil, herdeiro de uma sistema de imobilização da força de trabalho - a escravidão que constituiu o regime de trabalho base da economia de *plantation* durante o Brasil colônia - e de uma forma de dominação política de natureza oligárquica, com a classe dominante agrária à frente das grandes transformações políticas, sociais e econômicas no país, fez a sua passagem para o capitalismo pela via autoritária. A partir dos distúrbios na economia internacional e das transformações internas, entre o final do século XIX e o início do século XX, a dominação política descentralizada no país (concentrada nas mãos das elites agrárias) deu lugar à dominação centralizada através da conversão do Estado no principal *locus* de dominação política e modernização interna. Segundo o autor, os regimes políticos autoritários fazem parte da dinâmica do capitalismo autoritário e, no Brasil, isso não foi diferente: o Estado Novo, que durou de 1930 a 1945, e o Regime Militar, instaurado em 1964 e que perdurou até 1985, são fortes e claras evidências desta tendência.

Outro aspecto relevante na compressão do capitalismo autoritário é o importante lugar ocupado pelo campesinato nesta forma de desenvolvimento capitalista. A explicação da plena e integral proletarização dos produtores diretos na passagem de uma sociedade para o capitalismo não serve para a modalidade autoritária, pois nela o campesinato segue existindo, ainda que parcialmente, como uma forma subordinada e não capitalista de produção e é, sobretudo, às custas deste campesinato que a acumulação primitiva de capital segue vigente mediante a extração do excedente que ele produz. A criação ou manutenção de uma base camponesa no capitalismo autoritário é o que permite o elo entre acumulação primitiva e acumulação propriamente dita nele. No desenvolvimento capitalista de tipo autoritário, o modo de articulação entre as instâncias política e econômica é muito semelhante à fase de transição de um modo de produção para outro, de não-correspondência, e, por esta característica, a modalidade autoritária de capitalismo mescla a exploração de formas não capitalistas de produção (camponesa) com a acumulação propriamente capitalista. (Velho, 1979).

Conforme Velho (1979) nos explica, o movimento de ocupação de novas terras, de novas áreas em regiões periféricas de um país que são alcançadas por ondas de migração de uma “população excedente” de camponeses pobres, cria a possibilidade de surgimento da “face burguesa” do campesinato caso aconteça o enfraquecimento da subordinação do modo de produção camponês

nestas áreas de nova ocupação com terra abundante.

O *locus* por excelência da terra “ilimitada” é, obviamente, a *fronteira*. Em outras palavras, a fronteira é um locus privilegiado para uma ideologia clássica de *laissez-faire* em condições tais que de fato existe uma possibilidade ampla para pelo menos um certo grau de avanço pessoal comparado com situações anteriores. [...] [Mas] uma transformação agrária e o colapso ou enfraquecimento da autoridade podem ambos ter para um campesinato um efeito similar ao de uma fronteira em termos de enfraquecer a subordinação e permitir a ascensão social [...] [Contudo] a fronteira [...] pode ser o locus onde o enfraquecimento da subordinação e a ascensão social melhor se combinam, e é por isso mesmo que o autoritarismo se preocupa tanto em controlar o movimento de fronteira [...]. (Velho, 1979, p. 100-102, grifos do autor).

Isso significa que a fronteira se revela como o lugar de possibilidade de desenvolvimento de um neocampesinato e é exatamente por esta razão que, no capitalismo autoritário, o Estado lança mão de esforços (investimentos, políticas, programas, etc.) a fim de exercer o controle sobre o acesso do campesinato às terras na fronteira. O Estado, agente transformador e de “modernização” econômica no capitalismo autoritário, impõe limites ao campesinato e ao seu germe “progressista” ao mesmo tempo em que amplia o papel deste campesinato no desenvolvimento capitalista que promove e o faz no sentido de manter e ampliar as bases de uma contínua acumulação primitiva concatenada à própria expansão capitalista (Velho, 1979).

Durante a transição do sistema de repressão da força de trabalho - a escravidão na *plantation* nordestina - para o capitalismo autoritário no Brasil, ocorreu a formação de um legítimo campesinato a partir do movimento de deslocamento em massa de uma população “excedente” nordestina que levou à constituição de uma ampla base camponesa no Maranhão que avançou da costa maranhense para o região Sudoeste no estado, alcançando o rio Tocantins e adentrando o Sul do Pará (Velho, 1979). Este movimento espontâneo de deslocamento de um “campesinato marginal” que alcançou a costa maranhense ocorreu na década de 1920 e, no início dos anos 1950, esse movimento atingiu as regiões de floresta dos vales mais para o Oeste do Maranhão e chegou às proximidades do rio Tocantins. O avanço do campesinato para a região de Marabá (estado do Pará), na Amazônia, criou, pela primeira vez nesta área um verdadeiro movimento de fronteira com ocupação permanente, pois, até então, segundo o autor, esta área de floresta só haviam sido alcançada por ocupações passageiras orientadas pelas atividades de extração vegetal ou mineral. A construção, nos anos 1950, e abertura, nos anos 1960, da rodovia Belém-Brasília criou um novo canal de acesso às terras da parte oriental da região amazônica para movimentos de migração, do qual fez parte pequenos produtores nordestinos. Para Velho (1979, p. 200, grifo do autor), o campesinato nordestino constitui “[...] *a vanguarda da expansão camponesa para a região propriamente da floresta amazônica, bem antes da Rodovia Transamazônica vir atravessar a área*”.

Mas, foi durante a ditadura militar brasileira, em especial, nos anos 1970 que o movimento de fronteira para a região amazônica passou a ser estrategicamente controlado pelo Estado brasileiro. Na entrada dos anos 1970, as grandes secas de 1958 e de 1969-1970 deram origem a medidas

governamentais do Estado brasileiro que culminaram na criação do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, e na construção da Rodovia Transamazônica, entre 1970 e 1974, na qual a migração constituía o elo principal entre Nordeste e Amazônia, um passo decisivo em direção à vasta região amazônica. A Transamazônica constitui o eixo principal da colonização oficial realizada pelo Estado brasileiro com o intuito de controle sobre desenvolvimento “espontâneo”⁶ do campesinato na região amazônica. Para Velho (1979), o capitalismo autoritário no Brasil não teve outra alternativa razoável a seu alcance a não ser assegurar o desenvolvimento do campesinato na fronteira amazônica.

3.2. A Amazônia em Martins: Frente Pioneira e Frente de Expansão na Fronteira

No texto *Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica*, que integra a coletânea *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*, de 1975, o sociólogo brasileiro José de Souza Martins oferece uma de suas primeiras análises sobre a fronteira. Neste texto, Martins (1975) analisa criticamente o conceito de zona pioneira do geógrafo alemão Leo Waibel⁷ e deixa bem delimitado que, se para a Geografia a forma de ocupação do território constitui fator fundamental, para a Sociologia o central é descobrir quais são as relações sociais que dão vida ao sistema social na zona pioneira e que a tornam singular.

Na perspectiva de Martins (1975), as relações sociais que articulam a sociedade na zona pioneira não resultam dela, isto é, são anteriores a ela, mas são ao mesmo tempo fundamentais para sua implantação. Estas relações sociais se deslocam geograficamente ao mesmo tempo em que se preservam como modalidades de relacionamento entre as pessoas. Estas relações sociais não são pioneiras, pois o que há de “novo” é tão somente a ocupação do espaço geográfico. Por esta razão, Martins (1975, p. 45) aciona o conceito de *frente pioneira* para a análise dos fenômenos sociais inerentes às zonas pioneiras, definindo a frente pioneira como “[...] um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, constituindo uma fronteira econômica.

O autor acrescenta que, no caso brasileiro, esta fronteira econômica não coincide com a fronteira demográfica e na faixa entre uma fronteira e outra está a *frente de expansão*, sendo esta a frente na qual a vida econômica não se estrutura primordialmente pelas relações de mercado, mas,

⁶ Espontâneo no sentido de que o Estado elabora políticas fundiária, agrícola ou creditícia que favorecem grandes proprietários e produtores rurais em uma região, o que desencadeia o movimento de pequenos produtores rurais para outras regiões onde existe a promessa de terra abundante e esvaziada de homens e que buscam se fixar à terra, nesta nova realidade para a qual se deslocam, através da formação de roças, criações e habitação para legitimar a posse da terra.

⁷ Durante os anos 1940 e 1950, Leo Waibel foi consultor científico e professor do Conselho Nacional de Geografia (CNG) do Rio de Janeiro que integrava o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, construiu sua análise da fronteira e das zonas pioneiras profundamente enraizada na categoria de formação econômica, no sentido de que a paisagem manifesta as diversas formas de economia e formas de exploração a elas atreladas. Waibel utilizou o slogan *Marcha para o Oeste* relacionado ao conceito de fronteira de Turner no estudo das zonas pioneiras no Brasil, embora tenha concluído pela impossibilidade do desenvolvimento do interior do país e pela necessidade de intensificação da agricultura para região leste (Huertas, 2009; Kohlhepp, 2013).

por outro lado, não se define como economia natural, uma vez que parte de seus produtos alcança a economia de mercado e nela assume valor de troca. A frente de expansão se constitui como uma economia de excedente na qual seus participantes se dedicam à própria subsistência e, secundariamente, à troca do excedente. A frente de expansão se integra à formação capitalista quando absorve o excedente demográfico que não pode ser contido na fronteira econômica ou quando realiza seu excedente como mercadoria na economia de mercado. Nela, a apropriação das condições de trabalho, ou seja, da terra não se realiza como empreendimento econômico, capitalista ainda que as terras devolutas tenham uso privado. O ocupante ou posseiro (camponês) é a figura central na frente de expansão e nela a produção de mercadorias não determina as relações sociais elementares (Martins, 1975).

Por seu turno, a frente pioneira se instaura como empreendimento econômico e, nela, um conjunto de empresas realizam compra e venda e o transporte de mercadorias, assim como o financiamento da produção e do comércio. A frente pioneira é orientada pela produção de mercadorias e resulta diretamente da necessidade de reprodução da sociedade moderna, da sociedade capitalista. Nela, as relações sociais são travadas através da mercadoria, não se restringindo mais ao âmbito do contato pessoal, o mercado passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza, as relações entre os indivíduos se estruturam conforme as objetivações da sociedade capitalista e a propriedade privada da terra (renda capitalizada) constitui elemento chave, uma vez que a terra deixa de ser ocupada para ser comprada e passa a ser equivalente de capital, o que significa que é a renda da terra que passa a fazer a mediação entre o homem, a sociedade e a terra. Quando a terra passa a ser equivalente de capital, seu uso passa a ser orientado pela rentabilidade, o que depende dos preços agrícolas (Martins, 1975).

Na fronteira, vigora o antagonismo entre frente pioneira e frente de expansão que se estabelece a partir da propriedade privada da terra, da renda capitalizada, antagonismo que se manifesta pela descontinuidade de significações em relação à terra, sobretudo, descontinuidade à forma de obtenção da propriedade da terra: se pela ocupação ou pela compra. Assim, os distintos regimes de propriedade da terra estão em conflito aberto na fronteira. Portanto, no movimento da fronteira não se estabelece uma lógica linear entre frente de expansão e frente pioneira, mas antes uma relação contraditória ao mesmo tempo que complementar entre ambas, onde a propriedade da terra se coloca como componente central (Martins, 1975).

A renda capitalizada também gera e define tensões e antagonismos de classe no seio da própria frente pioneira e isso acontece, segundo Martins (1975), em razão do colonialismo interno, elemento detonador dos conflitos sociais na frente pioneira, elemento que aciona a existência e uso de relações de produção não tipicamente capitalistas no agrário. Assim, a frente pioneira constitui “[...] expressão limite do capitalismo no campo [que], ao mesmo tempo, [se apoia] em relações sociais fundamentais

não-típicamente capitalistas: escravatura, colonato, arrendamento em espécie” (Martins, 1975, p. 49). Desse modo, o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo é a instauração da propriedade privada da terra, e não a implantação de relações de produção moldadas pela compra e venda da força de trabalho.

Em artigo de 1994⁸, Martins explica que a expansão territorial do capital para a Amazônia brasileira reanimou, na região, assim como em outras regiões brasileiras, a escravidão por dívida ou peonagem que, para o autor, “[...] é indicativo não só de intensificação da exploração dos trabalhadores rurais, mas é indicativo, também, de que *a escravidão atual é, no limite, uma variação extrema do trabalho assalariado*” (Martins, 1994, p. 12, grifo do autor). A expansão do capital e seu prolongamento às atividades agropecuárias na fronteira amazônica, ocorrida a partir de meados de 1960, esteve claramente apoiada, de um lado, em incentivos fiscais e subsídios governamentais e, do outro, na exploração não-capitalista da mão de obra indispensável à fundação do novo empreendimento. Foi do esforço de modernização conservadora realizada pelo regime militar que surgiram grandes empreendimentos agropecuários na região da Amazônia brasileira administrados por modernas empresas capitalistas, algumas ligadas a grandes grupos econômicos internacionais⁹.

Para Martins (1994), no processo de reprodução ampliada, o capital engendra contradições que envolvem outras formas de exploração do trabalho para além do trabalho contratual e livre e que as formas coercitivas extremadas da exploração capitalista, como a dívida por peonagem, emergem em lugares onde o conjunto do processo de reprodução do capital enfrenta obstáculos ou não acha as condições necessárias (sociais e econômicas) para que assuma, numa etapa de seu encadeamento, a forma propriamente capitalista, tal como aconteceu na Amazônia brasileira, onde a modalidade de escravidão por dívida ou peonagem esteve relacionada não só a atividades econômicas mais tradicionais, como o extrativismo da borracha, mas também às mais modernas e capitalizadas, como as grandes fazendas de gado subsidiadas por incentivos fiscais federais.

Em *O Tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*, de 1995, José de Souza Martins nos oferece novos elementos a respeito da fronteira em sua relação com o tempo do capital. De acordo com o autor, frente de expansão e frente pioneira são expressões diferentes da mesma coisa, expressões da contraditória diversidade da fronteira que comporta uma “[...] diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos” (Martins, 2009 [1995], p. 137). A diversidade do tempo histórico na contemporaneidade significa um tempo histórico complexo marcado pela

⁸ MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 6 (1-2): 1-25, 1994.

⁹ A exemplo da Fazenda Rio Cristalino, instalada em Santana do Araguaia, no Pará, que pertencia à empresa alemã Volkswagen.

mediação do capital que agrega sem destruir essa diversidade de relações sociais, portanto, o capital envolve um quadro complexo e dinâmico de processos sociais cuja combinação expressa a coexistência de tempos históricos na relação contraditória desses processos. Como nos explica Martins (2009, p. 80):

O tempo do capital não é concretamente apenas o tempo unilinear do progresso, da modernização, da conduta racional com relação a fins e do desenvolvimento [...] O tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição; não só contradição de interesses opostos, como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições básicas.

Desse modo, a unidade contraditória existente entre frente de expansão e frente pioneira em pleno movimento da fronteira revela que, nas realidades sociais onde não estão reunidas todas as condições necessárias para o aprofundamento das relações capitalistas, é forte o vínculo entre acumulação de capital e expropriação. A frente de expansão, cuja figura central é o camponês, e a frente pioneira, cuja figura elementar é o empresário capitalista, se conectam em um antagonismo na fronteira, permitindo a expansão das relações capitalistas para esta realidade, ao mesmo tempo em que esta expansão se apóia em relações sociais não capitalistas, fonte de acumulação primitiva. Isto significa que, na visão de Martins (1975, 2009), a própria reprodução do capital depende e exige a reprodução de relações sociais de outros tempos históricos na fronteira, o que elucidada a violenta modernização capitalista que tomou de assalto a realidade amazônica no período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

3.3. A Amazônia em Oliveira: o Seringal Amazônico como Fronteira

Agora, analisemos a contribuição do antropólogo brasileiro João Pacheco de Oliveira para o debate sobre a Amazônia como fronteira, autor que dentre os analisados neste artigo, é o que explicitamente defende o status de categoria teórica e analítica para a noção de fronteira. Em seu famoso artigo de 1979, *O Caboclo e o Brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX*, Oliveira (1979) nos oferece um estudo crítico da vasta literatura sobre a economia do seringal na e sobre a ocupação da Amazônia, identificando a presença das abordagens de ciclo econômico¹⁰, estudo estatístico¹¹, espaço geográfico mítico¹² e da

¹⁰ Modelo analítico cuja forma é simplificada, vazia das características concretas presentes na evolução da economia gomífera na Amazônia, uma “história geral” (OLIVEIRA, 1979, 2016).

¹¹ Como em SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História econômica da Amazônia (1800-1920). 1977. São Paulo: TA Queiroz, 1980 e em VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. A borracha extrativa e a economia amazônica – 1890/1930. 1975. 118 fl. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1975.

¹² O mito do “El Dorado” e da natureza indomável) quer como área dotada de certas características climáticas ou raciais (linha de explicação presente em teorias de geógrafos, filósofos e psicólogos do século XIX).

região de características climáticas e raciais¹³. Em contraponto a estas diferentes abordagens, cuja insuficiência, na visão de Oliveira (1979, 2016), diz respeito ao reduzido nível de análise teórica e de capacidade de lidar com a complexidade histórica do tema em estudo, é que o autor defende o conceito de fronteira como instrumento de investigação da história da Amazônia.

Oliveira (1979, 2016) apresenta oito (08) suposições básicas sobre a fronteira enquanto modelo de análise teórica de fenômenos histórico-sociais que, assim, resumimos:

i) a fronteira é uma forma de propor uma investigação, é um modelo analítico e não uma região ou etapa no desenvolvimento histórico de uma região, portanto, não é um objeto empírico;

ii) uma totalidade formada por segmentos heterogêneos e com distintos ritmos de funcionamento é admitida dentro do modelo teórico da fronteira, uma vez que ele correlaciona as diferentes partes de uma totalidade de forma regular e complementar;

iii) essas diferentes partes da totalidade devem ser analisadas sob a articulação de diferentes modos de produção, análise que deve incluir as realidades políticas e ideológicas, instâncias fundamentais para a reprodução econômica e social, além da própria instância econômica;

iv) as partes de um totalidade não são dotadas naturalmente, mas sim geradas e alteradas de acordo com uma intervenção em outros elementos da totalidade, como a criação da abundância de terras livres, isto é, o componente ideológico da “ocupação de novas terras”, e de uma superpopulação;

v) a constituição de uma função oferta de mão de obra que excede os recursos de subsistência disponíveis numa realidade social, a partir de uma das partes da totalidade, é condição para a existência da fronteira e é por meio da destruição do pequeno produtor (por destituição dos seus meios de subsistência ou pela supressão do status de indivíduo autônomo, tornando-se subordinado pela escravidão ou pela servidão) que o excedente populacional é produzido;

vi) a instância política é que cria as características da fronteira, sendo ela o mecanismo de controle dentro da totalidade que produz tais características dando-lhes a aparência de fatos naturais e, no que diz respeito à criação dos indivíduos despojados dos meios de subsistência e produção, a instância política instaura um regime capitalista de propriedade da terra ou algum tipo de laço jurídico de dependência, como, por exemplo, a imobilização da mão de obra;

vii) cabe à instância ideológica a reorganização social que vai dar sentido ao movimento de fronteira, ou seja, a ideia de fronteira (terra de novas oportunidades ou, ao contrário, de hierarquia racial) é fabricada e difundida pela ideologia; e

viii) é a partir da reunião das condições econômicas e políticas, mas também do conjunto de agentes e atividades que se deve realizar a descrição da formação de uma fronteira.

¹³ Linha de explicação presente em teorias de geógrafos, filósofos e psicólogos do século XIX.

A escolha da fronteira como modelo de análise permitiu a Oliveira (1979, 2016) abandonar o foco na apreensão da sequência histórica através de um padrão geral e abstrato para trazer para o centro das preocupações a análise do processo histórico. E quando o autor aplica a análise de fronteira para o caso da economia gomífera na Amazônia, identifica uma problemática que ele denomina *extração versus agricultura* e, a partir desta polêmica, identifica uma disputa de modelos de produção. Nela, a Amazônia extrativista se revela enquanto natureza imensa e fértil, onde o homem é reduzido e isolado e a produção se dá sob uma forma social primitiva, enquanto que, na Amazônia agrícola, a população se fixa ao solo, alcança um status de civilização e uma nova qualidade na interação do homem com o meio¹⁴.

Parece-me que a mensagem social codificada naquela polêmica não tem a ver primordialmente com uma classificação dos produtos em “agrícolas” ou “espontâneos” [...], mas sim com a distinção entre *formas de produção* contrastantes entre si. Ou colocando a questão de modo mais explícito: a hostilidade dirigida contra a extração da seringa se expressa e ganha sentido à medida que a produção de borracha vai abandonando os padrões seguidos pelas demais atividades extrativistas e vai estabelecendo uma forma nova de organização – a qual inclusive passa a ameaçar as condições de reprodução e a própria existência daquelas formas anteriores. (Oliveira, 1979, p. 121, grifos do autor)

Nesta citação, Oliveira (1979) torna inteligível que, no cerne da polêmica *extração versus agricultura* existe um modo de organização da produção da borracha que competia fortemente com a produção agrícola na região amazônica, ao mesmo tempo em que contrastava com o extrativismo tradicional na região e, assim, ele acaba por nos apontar a coexistência de formas distintas de extrativismo da borracha na Amazônia: o seringal caboclo e o seringal do apogeu, ambos constituindo tipos empíricos de seringal, ou seja, modelos alternativos de organização da produção da borracha.

O modelo caboclo, cuja constituição histórica é anterior ao modelo do apogeu, funcionava em pequenos seringais sem titulação, ocupados e apossados pelos seringueiros, com mão de obra de origem tapuia ou cabocla, onde a extração do látex era combinada à agricultura de subsistência, à criação de animais e a outros tipos de extrativismo e onde o seringueiro, um camponês nativo da Amazônia (eram poucos os casos de nordestinos nesta condição na primeira fase do seringal amazônico), trabalhava ao lado de sua mulher e de seus filhos. O financiamento e a comercialização da extração do látex eram garantidos, neste modelo, por uma rede tradicional e descentralizada de aviamentos formada por pequenos comerciantes das águas e dos núcleos urbanos do interior¹⁵ (Oliveira, 1979, 2016).

¹⁴ Os “ciclos de civilização” de Ferreira Reis (apud OLIVEIRA, 1979) se adéquam à visão da Amazônia agrícola: o ciclo das drogas do sertão (1640-1750), o ciclo da expansão agrícola a partir da política pombalina (1750-1850) e o ciclo do rush da borracha (após 1850), sendo que o primeiro e o terceiro ciclos demonstram que, na sociedade amazônica, o homem não conseguiu vencer e dominar a floresta.

¹⁵ Os comerciantes das águas eram conhecidos como regatões e os dos núcleos urbanos os marreteiros.

No modelo do apogeu, os seringais eram bem maiores, inclusive, porque envolvia a incorporação de novos seringais, cujos marcos da posse eram estabelecidos e o título de posse solicitado, e a mão de obra era, em sua esmagadora maioria, importada do Nordeste pelo financiamento dos grandes seringalistas e das grandes casas aviadoras das capitais. Esta mão de obra era não camponesa e estava imobilizada na estrutura do grande seringal através do barracão (propriedade ou do seringalista ou das casas aviadoras), de onde saía o fornecimento de gêneros alimentícios e de outras naturezas indispensáveis para a sobrevivência e para a realização do trabalho do seringueiro. No modelo do apogeu, o seringueiro representava uma mão de obra especializada, portanto, com maior produtividade, o sistema de aviamento - uma rede de endividamento que tinha início com os custos e despesas do deslocamento do trabalhador para os grandes seringais da região amazônica e que forçava o seringueiro a trocar o látex extraído das seringas por gêneros retirados do barracão - era a base de exploração da mão de obra no seringal e o financiamento e a comercialização eram monopólios das casas aviadoras e das casas de exportação estrangeiras (Oliveira, 1979, 2016).

Ao entender o seringal como fronteira, Oliveira (1979, 2016) consegue nos mostrar as formas de produção de diferentes ritmos históricos, os modelos alternativos de organização produtiva oriundos de tempos históricos diferentes no seio do seringal amazônico e nos explica, ainda, que os instrumentos de passagem entre o modelo caboclo e o modelo do apogeu foram o controle da terra (dos pequenos seringais apossados para os grandes seringais titulados), do trabalho (da mão de obra cabocla camponesa para a mão de obra nordestina imobilizada pelo aviamento) e do capital (do crédito e financiamento disseminado nas mãos de pequenos comerciantes espalhados pelo interior e das casas aviadoras das capitais para uma rede de financiamento rigorosamente controlada pelas casas aviadoras e as casas de exportação). Segundo o autor, os dois modelos coexistiram no momento do auge da economia gomífera na Amazônia (meados do século XIX até 1912) e eram interdependentes, assim como seguiram sendo praticados como bases de organização produtiva do extrativismo na região mesmo depois de 1912, quando a economia da borracha entrou em declínio.

3.4. A Amazônia em Becker: O Estado, o “Tradicional” e o Urbano na Fronteira

A visão da Amazônia como fronteira que vamos apresentar agora é a desenvolvida pela geógrafa brasileira Bertha K. Becker, uma das maiores especialistas sobre a Amazônia brasileira do século XX e XXI. Começamos pelo seu texto de 1982, *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil: a Expansão da Fronteira Agrícola*, capítulo de sua obra, de mesmo ano, *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Neste texto, a autora entrega aos leitores uma discussão a respeito dos limites da visão sobre a fronteira agrícola no Brasil investigando, criticamente, a persistência de formas “tradicionais” na agricultura brasileira a partir da análise da dimensão espacial, cuja relevância de referência ela nos explica nesta citação:

“[...] a estruturação do espaço é o domínio mais próprio para a análise da dinâmica da reprodução das condições sociais. Dimensão mais concreta dessa reprodução, o espaço pode ser também a dimensão mais decisiva da regulação das contradições existentes numa formação social” (Becker, 1982, P. 154).

Segundo a autora, umas das formas mais fundamentais de apropriação do espaço no Brasil foi a articulação da estrutura agrária não capitalista em regiões periféricas ao capital urbano-industrial e, na esfera espacial das relações entre agricultura e desenvolvimento no país, o desenvolvimento é sinônimo de “expansão das forças produtivas” e o desenvolvimento desigual gera contradições no espaço a partir da transformação das relações de produção na agricultura. Ao colocar este ponto, Becker (1982) analisa cinco (05) teses sobre a dimensão e a persistência do atraso da agricultura em relação ao desenvolvimento no Brasil.

Na primeira tese, cuja referência de análise é a obra *Os Dois Brasis* de 1967, de Jacques Lambert, a autora aponta uma tese dualista, na qual a agricultura é entendida como um sistema socioeconômico que é diferente e possui problemas próprios e internos. Na segunda tese, presente em autores como Celso Furtado, Paul Singer, entre outros, a agricultura não teria conseguido cumprir sua função, pois teria estabelecido entraves ao desenvolvimento. Na terceira tese, que ela atribui a Theodore W. Schultz em sua obra de 1965, *A transformação da agricultura tradicional*, a agricultura é um setor flexível e consegue atender, de modo satisfatório, aos requisitos do processo de desenvolvimento e, em especial, ao crescimento da demanda interna de alimentos. Na quarta tese, relacionada ao sociólogo Francisco de Oliveira a partir de seu ensaio *Crítica à Razão Dualista*, de 1972, Becker (1982) nos aponta que a tese de que o atraso da agricultura é funcional à acumulação do capital e ao desenvolvimento econômico. E na quinta e última tese, associada às visões de Sérgio Silva, em sua obra de 1976, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, e de José de Souza Martins, em seu livro de 1975, *Capitalismo e Tradicionalismo*, a autora identifica a tese de que o atraso relativo da agricultura no Brasil se deve à dominação indireta do capital no campo, à dominação do capital sobre relações pré-capitalistas que são predominantes na agricultura brasileira.

Estabelecendo diálogo com a quinta e última tese, Becker (1982) nos diz que na expansão do capital no Brasil, a agricultura foi rearticulada através do uso racional e a valorização do espaço num processo crescente de capitalização e urbanização no campo e, uma vez que o processo de acumulação capitalista guarda relação com a organização social do espaço, esta relação tem vínculo com a articulação das diversas formas ou modos de produção que integram a formação social. Com esta colocação, a autora lança a seguinte questão: “[...] como as formas particulares do desenvolvimento capitalista no campo incidem no espaço, recriando-o, e como o espaço concreto influi nos modos de articulação?” (Becker, 1982, p. 163).

Podemos resumir a resposta de Becker (1982) nos seguintes termos: o modo de produção capitalista realiza a apropriação do espaço e se articula com diferentes formas de organização

preexistentes, articulação que é regida no âmbito das relações inter-regionais, única dimensão na qual se pode entender o sentido das formas específicas das relações sociais de produção na agricultura. A ampla expansão da agricultura no Brasil, nos anos 1960 e 1970, esteve relacionada à extensão da fronteira agrícola na Amazônia, região com mais atrativos (abundância de terras sem donos, despovoamento, estruturas sociais em processo de decomposição) para a expansão dos limites territoriais do capital no país. Assim, a autora entende que a Amazônia consiste em uma fronteira em seu sentido amplo, pois constitui campo de atração das forças da sociedade urbano-industrial, de população e de empresas nacionais e internacionais e, nela, o Estado apoia o capital na remodelação do espaço.

No lastro da expansão da fronteira agrícola para a Amazônia, o Estado recriou o espaço, apoiando a mobilidade do capital e do trabalho mediante: i) subsídios e financiamentos e foi, sobretudo, através dos incentivos para a pecuária que o Estado valorizou o dinheiro; ii) implantação da infra-estrutura de transporte e equipamento urbano que o Estado valorizou diferencialmente o espaço e garantiu a circulação do excedente econômico; e iii) pela regularização de títulos de propriedade e posse e pela criação das terras devolutas às margens das rodovias que o Estado provocou o deslocamento de ocupantes tradicionais da terra que passavam a ter novos donos. No que diz respeito à mobilidade do trabalho, fazendeiros e empresários tomaram o lugar dos posseiros tradicionais de terras, a mão de obra foi liberada das fazendas e foi tornada móvel e, na renovação da migração em plena expansão da fronteira, pequenos produtores rurais foram dissolvidos em favor do assalariado temporário (o peão), o campesinato tradicional foi recriado, mas de forma limitada e especializada na produção de alimentos para a força de trabalho regional, tendo mantida sua função de reserva de mão de obra disponível para futura proletarianização (Becker, 1982). É nestes termos que a autora conclui que a recriação do campesinato na fronteira (amazônica) se deu por sua própria modificação e não pelo seu imobilismo:

“A fronteira não reproduz o antigo. Este é recriado com novas formas para que ela seja uma ‘fronteira de recursos’, ‘região de novas oportunidades’ para fazendeiros e empresários pecuaristas, para quem é intensa a acumulação. Essa observação traz subsídio para esclarecer a questão central da agricultura no Brasil; não é o imobilismo das ‘relações tradicionais’ que predomina na agricultura, verificando-se hoje a ruptura do modelo de acumulação industrial baseado no primitivismo do campo” (Becker, 1982, p. 181).

Em texto de 1990, *A Fronteira em fins do século XX: Oito proposições para um debate sobre a Amazônia*, publicado no livro *Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território*, Becker (1990) retoma as questões do Estado e do campesinato na fronteira, assim como assinala novos elementos através das proposições que ela oferece para a discussão sobre a fronteira. A autora afirma que as oito (08) proposições trazidas por ela constituem representações da região amazônica e são como condições da extensão da fronteira na região. Resumimos, a seguir, as oito proposições de Becker (1982) sobre a fronteira:

i) a fronteira não é simples sinônimo de terras devolutas ocupadas por pioneiros, mas sim um espaço que ainda não foi plenamente estruturado, no sentido de que carece de organizações regionais que resistam à apropriação do seu espaço e é constituída por formas híbridas de produção e de relações sociais; a fronteira guarda laços com a formação social na qual está situada e, nela, o Estado exerce seu papel de mediador dos interesses de classe, não sendo mero representante do capital, ao mesmo tempo que atua criando condições para a reprodução do capital através da produção do espaço global;

ii) a fronteira é o lugar de convivência de formas diversas de organização da produção e, por esta razão, ela não está fechada; nela, as formas híbridas de produção estabelecidas são passíveis de reestruturação, como no caso dos camponeses que em parte se capitalizaram, em parte venderam sua terra, perdendo a condição camponesa, e o segmento camponês que permaneceu trabalhando na sua terra, ao mesmo tempo que, sazonalmente, vendia sua força de trabalho no campo ou na cidade;

iii) na fronteira, o modelo clássico de proletarianização integral dos produtores diretos não se realiza, pois ela se organiza a partir da mobilidade do trabalho ao atrair movimentos migratórios em reação à promessa de terra abundante, fluxos migratórios que são controlados pelo Estado que cria as condições para a venda da força de trabalho não só de assalariados (temporários e permanentes), mas também de pequenos produtores que se empregam em atividades rurais e urbanas;

iv) a expansão da fronteira se realiza pela diferenciação do campesinato, reproduzindo e dissolvendo as unidades camponesas, colocando em vigor um processo de diferenciação interna do campesinato (a expropriação de um segmento camponês, a manutenção de um campesinato tradicional, que se semiproletarianiza, e a capitalização de um terceiro segmento deste campesinato);

v) a fronteira não constitui fenômeno integralmente agrícola, pois é também urbano, já que ela se expande em contexto agrícola e urbano; a fronteira urbana atua como base logística de aceleração tanto da ocupação quanto da ordenação territorial mediante a criação de uma rede urbana regional que tem fraca estruturação por ser formada por núcleos urbanos com variadas dinâmicas (os centros regionais e locais, as capitais estaduais, que se expandem e se tornam concentradas, e os pequenos núcleos dispersos, povoados e vilas, que são reproduzidos; a fronteira urbana constitui base de apoio para a estruturação do mercado de trabalho, concentrado e redistribuindo força de trabalho;

vi) por estar situado na dinâmica de integração do território nacional, o espaço regional é reestruturado pelo Estado que cria na fronteira espaços homogêneos e fragmentados, como ocorreu na criação da Amazônia Legal, em 1953, um espaço homogêneo formado por espaços sub-regionais fragmentados (a Amazônia Oriental e a Amazônia Ocidental);

vii) como espaço integrado à formação nacional, a fronteira amazônica reproduz os conflitos relacionados às contradições da própria sociedade brasileira e nela os conflitos são mais aparentes e violentos, pois são intensificados pela reordenação estatal do espaço intensifica ao

incorporar valor de troca à terra e ao estimular movimentos de contestação; e

viii) o crescimento da população urbana sem a correspondente promoção de infraestrutura e de serviços básicos pelo Estado, a mobilidade do trabalho provocada pela concepção de fronteira como região de novas oportunidades incentiva o espírito de organização do campesinato e de comunidades rurais e urbanas, o que torna a mobilização popular uma alternativa à mobilidade na fronteira.

Com estas oito proposições, Becker (1990) nos oferece uma visão de mais longo alcance e de maior complexidade sobre a fronteira a partir de três (03) pontos fundamentais: 1) o papel central exercido pelo Estado na reordenação do espaço da fronteira que constitui espaço suscetível à reprodução do espaço global e fragmentado na expansão do capital; 2) a transformação do campesinato na fronteira, que é simultaneamente reproduzido e dissolvido em meio à mobilidade do trabalho e do capital, em meio à criação dos mercados regionais de trabalho e de terra, um campesinato que sofre um processo de diferenciação interna e muito se distancia do quadro de imobilismo do campesinato tradicional, visão presente em muitos autores que discutiram a expansão da fronteira agrícola no Brasil; e, por fim, 3) o urbano constitui a segunda natureza da fronteira, sendo a base logística de mobilidade do trabalho e do capital através da constituição de uma rede urbana com fraca estrutura; a fronteira urbana é o elemento novo trazido por Becker (1990) e é, ao mesmo tempo, um de seus principais pontos de diferenciação no âmbito do debate sobre a fronteira, considerando que as visões anteriores que apresentamos aqui estão muito associadas à natureza agrária da fronteira.

4. CONCLUSÃO

Nos tópicos anteriores, mostramos cada uma das visões aqui investigadas sobre a fronteira na Amazônia, deixando ressaltar a especificidade de cada perspectiva a respeito do tema. Nesta seção de conclusão, vamos nos concentrar em identificar subtemas em comum entre os autores a partir do tema principal da fronteira.

O primeiro subtema que surge nesta breve análise sobre o debate da Amazônia como fronteira é o da *reprodução do campesinato na fronteira*. Velho (1979) introduz esta questão através de sua análise sobre a relação entre o capitalismo autoritário e a expansão da fronteira, onde ele nos diz que o tipo de trajetória social seguida pelos segmentos agrários na fronteira vai explicar o tipo de desenvolvimento capitalista experimentado por uma realidade social, se capitalista burguês ou se capitalista autoritário e, em sociedades que avançam para um capitalismo de natureza autoritária, a acumulação primitiva e acumulação propriamente dita de capital se interpenetram através da expansão das relações de mercado que se apóia, no agrário, na exploração do campesinato. Martins (1975, 1994, 2009) também reconhece a importância do campesinato na fronteira quando nos fala da

frente de expansão que se estrutura por uma economia de excedente, que toma a terra como a base de seu trabalho e de sua reprodução social, cuja figura central é o camponês e que abrange relações sociais não capitalistas. De acordo com ele, a frente de expansão está profundamente relacionada à frente pioneira, que representa o movimento de expansão e deslocamento da relação social capitalista para a fronteira. Em Oliveira (1979, 2016), o campesinato existe na fronteira, mas totalmente suscetível à destruição de sua condição de pequeno produtor, de indivíduo autônomo, sujeito à imobilização de sua força de trabalho. E, em Becker (1982, 1990), o campesinato se transforma em plena reprodução do capital na fronteira, sofrendo um processo simultâneo de reprodução e dissolução e de diferenciação interna.

Um segundo subtema importante que surge no debate é o lugar do *Estado na fronteira*. Em Velho (1979), no capitalismo de natureza autoritária, a instância política se sobrepõe à instância econômica e o Estado se apresenta como o agente modernizador que conduz o desenvolvimento capitalista na realidade nacional a que está vinculado e, outra característica importante, é que o Estado controla o movimento da fronteira e o deslocamento camponês que se realiza rumo a ela, administrando, assim, o acesso à terra e a proletarização do trabalho. Martins (1975, 2009), não se debruça sobre o lugar assumido pelo Estado na fronteira, ainda que assinala a importância dos subsídios e incentivos fiscais estatais para o deslocamento da frente pioneira para a Amazônia na época da Ditadura Militar brasileira (entre os anos 1960 e 1980). Para Oliveira (1979, 2016), a instância política (o Estado) é que promove a reorganização social e atribui características à fronteira, sustenta e alimenta a percepção de terra abundante (aspecto ideológico), instaura o regime de propriedade capitalista da terra e estabelece algum laço jurídico de dependência no sentido da imobilização da força de trabalho (legitimando a servidão, a escravidão). Para Becker (1982, 1990), o Estado é o agente central na reorganização do espaço na fronteira com o objetivo de promoção da reprodução do espaço global e fragmentado e é ele quem realiza a mediação dos interesses das várias classes sociais, que controla os fluxos migratórios e a venda da força de trabalho do assalariado e também do camponês que se proletariza em períodos sazonais.

O terceiro subtema relevante que surge das visões dos autores aqui analisados é o da *coexistência de relações sociais distintas na fronteira*. Velho (1979) não apresenta, explicitamente, esta questão, mas, ao admitir a subordinação do campesinato à reprodução do capital e a relação entre acumulação primitiva e acumulação propriamente dita no capitalismo autoritário, parece indicar esta compreensão. Martins (2009), pelo contrário, fala claramente desta coexistência na contraditória e tensa conexão entre frente de expansão e frente pioneira na fronteira. Aliás, este autor é profundamente influenciado pela noção de relações sociais datadas de Henri Lefebvre¹⁶ e entende que

¹⁶ Ver MARTINS, José de Souza. As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.13-23.

a fronteira comporta uma diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diferentes e, assim, o tempo do capital é o tempo da contradição e da complexidade que envolve essas relações. Oliveira (1979, 2016) também assinala a existência simultânea de relações sociais distintas quando analisa os dois modelos de organização da produção no seringal amazônico: o modelo caboclo e o modelo do apogeu, o primeiro fortemente marcado pela presença do camponês e o segundo pela centralidade de um capitalismo comercial que imobiliza a mão de obra a fim de controlar a cadeia de produção e comercialização da *commodity* borracha e sua rede de financiamento. Becker (1982) também traz sua contribuição para o terceiro subtema ao nos dizer que na apropriação do espaço para fins de sua reprodução, o capital promove sua articulação com formas ou modos de produção diferentes e preexistentes na formação social, na região, na fronteira.

O quarto subtema que se manifesta a partir das quatro perspectivas analisadas é o de que, *na fronteira, o capital não encontra todas as condições para o seu pleno desenvolvimento*, pois carece de todos os pressupostos sociais e econômicos para alcançar este estágio. Velho (1979) se aproxima desta questão quando assinala que o capitalismo autoritário combina formas não capitalistas de produção com a acumulação propriamente capitalista se assemelhando à fase de transição de um modo de produção para outro, de não-correspondência, o que atribui um importante papel à acumulação primitiva de capital na fronteira. Martins (1994), por sua vez, define claramente esta questão ao entender que, na relação entre frente de expansão e frente pioneira, emergem variações extremadas do trabalho assalariado que tem como fundamento a expropriação e que isso ocorre em lugares onde o processo de reprodução do capital encontra obstáculos (sociais e econômicos) para o aprofundamento das relações capitalistas. Oliveira (1979) não nos oferece uma abordagem a respeito do assunto, ao passo que Becker (1990) trata explicitamente dele em sua primeira proposição a respeito da fronteira na Amazônia, quando afirma que a fronteira constitui espaço que ainda não foi integralmente estruturado por não possuir organizações regionais com forte capacidade de resistência à apropriação do espaço pelo capital e por ser caracterizada por formas híbridas de produção e de relações sociais. A carência de todos os pressupostos para o aprofundamento do desenvolvimento capitalista se deve, de uma lado, às especificidades históricas da fronteira amazônica, sobretudo, no que diz respeito às relações sociais que já lhe davam vigor antes da chegada da relação capitalista, mas também, à divisão internacional do trabalho na qual ela se insere, tendo sido alcançada pelas forças do mercado num momento posterior do surgimento e do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Consideramos que estes quatro subtemas - *a reprodução do campesinato, o papel do Estado, a coexistência de diferentes relações sociais e a carência de condições para o pleno desenvolvimento capitalista na fronteira* - são estruturais para a compreensão da fronteira amazônica a partir das quatro

visões investigadas neste trabalho. Um último ponto de relevância, mas que trata de uma importante distinção, é o subtema da natureza da fronteira, se exclusivamente agrícola ou não. É verdade que Velho (1979), Martins (1975, 2009) e Oliveira (1979, 2016) não defendem explicitamente uma natureza única para a fronteira. Mas, por outro lado, é fato que, ao mesmo tempo que estes autores parecem tratar apenas da dimensão agrária da fronteira, Becker (1990) é a única a problematizar este nível de complexidade, atribuindo à fronteira tanto uma natureza agrária quanto urbana, e destacando o crucial papel desempenhado pela sua base urbana na mobilidade da força de trabalho, mas também do capital. Então, a *dupla natureza da fronteira, agrária e urbana*, na Amazônia também se coloca como um quinto subtema que nos ajuda a interpretar a realidade social, econômica, histórica e espacial na Amazônia brasileira e o que lhe há especificidade em sua relação com o desenvolvimento capitalista.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Bertha K. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, Bertha K. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UNB; Editora UFRJ, 1990, p. 15-25.
- BECKER, Bertha K. Agricultura e desenvolvimento no Brasil: a expansão da fronteira agrícola. In: BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 153-184.
- CRISPIM, Cleidianne N. S. **Tradição e Capitalismo na Amazônia: modalidades de relação entre homem e terra pela expansão da fronteira do capital**, 2020, 303 fls. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, 2020.
- DE ANGELIS, M. **Marx's Theory of Primitive Accumulation: A Suggested Reinterpretation**, 2000.
- DE ANGELIS, M. Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's "enclosures". *The Commoner*, 1, september 2001. 1-22.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HUERTAS, Daniel M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Belém: Banco da Amazônia, 2009.
- KOHLHEPP, Gerd. A importância de Leo Waibel para a geografia brasileira e o início das relações científicas entre o Brasil e a Alemanha no campo da geografia. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 029-075, set. 2013.
- MARTINS, José de Souza. O Tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009 [1995], p. 131-179.
- MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 6 (1-2): 1-25, 1994.
- MARTINS, José de Souza. Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica. In: MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos Sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 43-50.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. A Conquista do Vale Amazônico: fronteira, mercado internacional e modalidades de trabalho compulsório. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e**

outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 117-160.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: SILVEIRA, Ênio et al. **Encontros com a Civilização Brasileira**, v. 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 101-140.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato:** um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL, 1979 [1976].

WEGNER, Robert. Frederick Jackson Turner e o Oeste. In: WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste:** a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 94-114.